Assembleia Geral da ONU 2026: Um balanço preliminar

Asamblea General de la ONU de 2026: Un balance preliminar

2026 UN General Assembly: A preliminary assessment

Paulo M. Buss e Santiago Alcázar

Resumo: Este terceiro artigo da série sobre a 81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), aborda as principais questões e conclusões, decisões e resoluções resultantes do magno evento, incluindo: a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, a Agenda 2030, a preparação e resposta a pandemias, entre outros temas de alcance global relativos a desenvolvimento, direitos humanos e paz e segurança. A declaração política prevista como resultado da Reunião de Alto Nível sobre Pandemias não foi aprovada devido a bloqueio dos Estados Unidos e outros países desenvolvidos. O artigo aborda também reuniões paralelas de grande importância para a paz no Atlântico Sul (Escudo das Américas e Zopacas), além de reuniões sobre saúde e iniciativas do Brasil, como: Parceiros pelo Multilateralismo (P4M); a Reunião sobre o Painel Internacional sobre Desigualdade (IPI); a implementação da Aliança Global de Combate à Fome e à Pobreza; e o Fórum IBAS. Conclui, uma vez mais, que a despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando seu papel central como plataforma de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

Palavras-chave? Nações Unidas; Assembleia Geral da ONU 2026.

Resume. *Este tercer artículo de la serie sobre el 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU) aborda los principales temas, conclusiones, decisiones y resoluciones derivadas de este trascendental evento, entre los que se incluyen: la reforma de la ONU, los conflictos militares en curso, la Agenda 2030, la preparación y respuesta ante pandemias, entre otros temas de relevancia mundial relacionados con el desarrollo, los derechos humanos, la paz y la seguridad. La declaración política prevista como resultado de la Reunión de Alto Nivel sobre Pandemias no fue aprobada debido al bloqueo impuesto por Estados Unidos y otros países desarrollados. El artículo también aborda reuniones paralelas de gran importancia para la paz en el Atlántico Sur (Escudo de las Américas y ZOPACAS), así como reuniones sobre salud e iniciativas brasileñas, tales como: Socios para el Multilateralismo (P4M); la Reunión del Panel Internacional sobre la Desigualdad (IPI); la implementación de la Alianza Mundial para Combatir el Hambre y la Pobreza; y el Foro IBSA. Concluye, una vez más, que a pesar de los esfuerzos de los países poderosos por atacar y desmantelar las Naciones Unidas, esta sigue siendo un espacio vital para la diplomacia multilateral, que promueve el diálogo, la cooperación y las soluciones conjuntas a los desafíos mundiales, reafirmando su papel central como plataforma para el debate y la acción internacionales, en particular a través de su Asamblea General.*

Palabras-claves: *Naciones Unidas; Asamblea General 2026.*

Abstract: *This third article in the series on the 81st session of the United Nations General Assembly (UNGA) addresses the key issues, conclusions, decisions, and resolutions resulting from*

this major event, including UN reform, ongoing military conflicts, the 2030 Agenda, and pandemic preparedness and response, among other global topics concerning development, human rights, and peace and security. The political declaration envisaged as an outcome of the High-Level Meeting on Pandemics was not adopted due to opposition from the United States and other developed nations. The article also covers side meetings of great importance for peace in the South Atlantic (Shield of the Americas and ZOPACAS), as well as meetings on health and Brazilian initiatives such as Partners for Multilateralism (P4M), the meeting on the International Panel on Inequality (IPI), the implementation of the Global Alliance against Hunger and Poverty, and the IBSA Forum. It concludes, once again, that despite efforts by powerful nations to attack and dismantle the United Nations, the organization remains a vital space for multilateral diplomacy—fostering dialogue, cooperation, and joint solutions to global challenges—and reaffirms its central role as a platform for international debate and action, particularly through its General Assembly.

Keywords: *United Nations; General Assembly 2026.*

Introdução

Dia 22 de setembro foi aberta a *semana de alto nível* da *81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU81)* na sede da ONU em Nova York. O Presidente da 81ª sessão, *Embaixador Khalilur Rahman*, Ministro de Negócios Estrangeiros de *Bangladesh*, abriu o *Debate Geral*, seguido dos discursos do *Secretário Geral Antonio Guterres*, e dos *presidentes Lula e Trump.*

Imagem: Sala plenária no edifício-sede das Nações Unidas, em Nova York, onde se reúne a Assembleia Geral



Fonte: ONU

No seu discurso de despedida em Assembleias da ONU como Secretário Geral, *Guterres* afirmou https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/81/unsg_en.pdf que o poder militar, econômico e tecnológico isolado não garante a paz, estabilidade ou segurança, alertando contra a divisão do mundo em blocos rivais. Pediu diálogo imediato para os conflitos em Gaza, Irã,

Ucrânia e Sudão, reforçando que a solução de dois estados para Israel e Palestina é indispensável. Destacou o desequilíbrio de poder intergeracional e relembrou todos seus alertas anteriores sobre a crise climática. Alertou para os riscos associados ao avanço desregulado da inteligência artificial e à falta de marcos globais de segurança para ela. Defendeu enfaticamente o multilateralismo e os princípios da Carta da ONU, encerrando sua fala com uma forte ovação de pé por parte dos líderes presentes.

Rahman discursou https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/81/pgaopening_en.pdf orientado pelo tema central de sua presidência, "*Restaurando a confiança, gerenciando a transformação: uma ONU que beneficia a todos*". Abordou a crise de confiança no multilateralismo, exemplificando com a falta de resultados práticos no combate a conflitos globais, e a necessidade da reforma do Conselho de Segurança, com uma representação geopolítica mais justa, incluindo um assento permanente para o continente africano. Apontou o desequilíbrio crítico entre a queda de 23% na assistência internacional ao desenvolvimento e o crescimento consecutivo dos gastos militares globais, que se aproximam de US$ 3 trilhões. Defendeu salvaguardas científicas e uma governança inclusiva para a IA, de modo a garantir que os países em desenvolvimento participem e se beneficiem dessa transformação digital sem agravar as desigualdades estruturais ou riscos de segurança.

O *presidente Lula* brilhou intensamente. Fez um discurso de verdadeiro estadista que é, no qual critica a estrutura arcaica da ONU e, particularmente, a obsolescência do seu Conselho de Segurança, incluindo o poder de veto dos cinco. Criticou o uso sem freios da força por alguns países na arena internacional e os imensos gastos militares *vis a vis* os recursos escassos investidos em desenvolvimento e cooperação. Condenou as guerras no Oriente Médio e na Ucrânia, assim como o genocídio dos palestinos em Gaza. Defendeu a solução dos 2 Estados e afirmou que "não haverá vencedores no campo de batalha; a diplomacia é a única opção". Sem mencionar os EUA, mas claramente se referindo a Doutrina Donroe dos EUA, afirmou que os países da América Latina e do Sul têm o direito de resolver seu destino, e que "o Brasil não cabe no quintal de ninguém". Abordou ainda temas como crise climática, crime organizado e inteligência artificial. O discurso de Lula vem reproduzido na íntegra neste Caderno 17, além de poder ser acessado em: https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/2209-Discurso-do-Presidente-Lula-na-Abertura-da-81-AGNU.pdf. O vídeo integral do seu discurso pode ser acessado em: https://www.google.com/search?q=video+disdcursdo+lula+AGNU+2026&rlz=1C1GCEA_enBR1201BR1201&oq=video+disdcursdo+lula+AGNU+2026&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQABjvBdIBCTEyMzI4ajBqN6gCALACAA&sourceid=chrome&source=chrome.ob&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:d2b8bd17,vid:j87i990Nv5w,st:0

O *presidente Trump* fez discurso em linha diametralmente oposta, utilizando um tom belicoso e ameaçador, além de exclusivamente ressaltar as grandes virtudes do seu governo e a excepcional situação econômica e de poder militar dos EUA. O vídeo integral do seu discurso pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=621u0g8aDuc. Garay analisa neste fascículo o discurso de Trump.

O *Debate Geral* seguiu do dia 22/09 até o dia 28/09, com os mais altos representantes de todos os 193 Estados-membro se sucedendo na tribuna, em cronograma que atendeu o nível de representação, equilíbrio geográfico e a ordem cronológica dos pedidos apresentados. É a ocasião em que os Chefes de Estado ou de Governo presentes (ou seus representantes de alto escalão) expõem perante esse foro mundial a visão de seus respectivos países sobre qualquer assunto tratado pela Assembleia. Com vistas a dar um sentido às distintas exposições, a AGNU adota um tema em torno do qual cada país ordena as suas respectivos falas. Já se disse, em artigos anteriores, que para a 81ª sessão o tema é: "*Restaurando a confiança, gerenciando a transformação: uma ONU que atenda a todos*".

Adiante, neste artigo, vamos comentar as intervenções de alguns dos demais atores políticos globais relevantes durante a AGNU81.

Agenda da AGNU 2026

A agenda de 2026 é muito ampla, cobrindo uma vasta gama de questões de alta relevância para o mundo: desenvolvimento sustentável, direitos humanos, paz e segurança, desigualdades socioeconômicas, cooperação internacional, entre muitas outras. Foram 178 itens, alguns deles desdobrados em subitens https://docs.un.org/en/A/81/100.

Cada item e subitem, debatidos com base nos documentos apresentados pelo Secretariado, podem resultar em *resoluções*, que constituem a expressão política dos Estados membros, ainda que, estritamente, não sejam mandatórias. Este ponto é importante. Ao aprovar uma resolução, o Estado se compromete, no quadro de sua legislação interna e dentro de suas possibilidades, a adotar as medidas relevantes para a sua efetiva implementação. Este fato é geralmente ignorado por aqueles que criticam o multilateralismo em geral e as Nações Unidas em particular. Dizem que as resoluções, como não são mandatórias, de nada servem. Passam por alto as particularidades sociais e culturais que moldam os regimes jurídicos e dão direção aos modos de pensar política em cada país.

A título de exemplo, na 80ª Assembleia foram adotadas 302 resoluções[1]. Já os projetos de resolução das principais comissões da 81ª AGNU ainda passará por votação e adoção ao longo dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2026, quando se encerra a parte principal da sessão regular.

Reuniões de Alto Nível

De 22 a 29 de setembro se realizaram, em paralelo ao debate geral, *reuniões de alto nível (RAN)* sobre os seguintes temas:

i) 23/09/2026 – RAN para comemorar os 40 anos da Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento[2];
ii) 23/09/2026 – RAN sobre Ação Climática e Transição Justa;
iii) 24/09/2026 – RAN para tratar de ameaças existenciais provocadas pela subida do nível do mar[3];
iv) 25/09/2026 – RAN sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias[4];
v) 25/09/2026 – RAN para comemorar 25 anos da Declaração e Plano de Ação de Durban[5];
vi) 29/09/2026 – RAN para comemorar e promover o Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares[6].

No dia 18 de setembro, antes do início do debate geral, a AGNU realizou o chamado *Momento dos ODS*, com inúmeras mesas redondas, debates, exposições de experiências bem-

[1] https://www.un.org/en/ga/80/resolutions.shtml
[2] https://docs.un.org/en/A/RES/80/207
[3] https://docs.un.org/en/A/78/L.101
[4] https://docs.un.org/en/A/RES/79/333
[5] https://docs.un.org/en/A/RES/80/193 e https://docs.un.org/en/A/RES/80/299
[6] https://docs.un.org/en/A/RES/80/49

sucedidas, propostas, sugestões, com variedade de atores públicos e privados, sobre meios para acelerar o cumprimento das metas da Agenda 2030.

Não apenas a reunião sobre *pandemias*, mas todos estes eventos, à rigor, relacionam-se com a profunda crise global que estamos vivendo que, de uma ou outra forma, repercutem sobre a saúde humana e planetária, daí porque interessar diretamente à comunidade da saúde global e diplomacia da saúde e receber plena atenção destes Cadernos.

A Agenda da 81ª AGNU dividiu-se em grandes blocos, como segue:

A – Promoção do crescimento contínuo e o desenvolvimento sustentável em conformidade das resoluções pertinentes da AGNU, bem como das conferências das Nações Unidas sobre o tema mais recentes. Entre os documentos relevantes, cabe ressaltar os relatórios produzidos sob a égide do *Conselho Econômico e Social (ECOSOC)*

B – Manutenção da paz e da segurança internacional / *Relatório do Conselho de Segurança*

C – Desenvolvimento da África / documentos sobre a "Nova Parceria para o Desenvolvimento da África", bem como os da "Agenda 2063", plano estratégico da União Africana

D – Promoção dos Direitos Humanos / *Relatório do Conselho de Direitos Humanos*

E – Coordenação Efetiva das Atividades de Assistência Humanitária, inclusive a Assistência Econômica Especial

F – Promoção da Justiça e do Direito Internacional / *Relatório da Corte Internacional de Justiça*

G – Desarmamento / *Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)*

H – Controle das Drogas, prevenção do crime e combate ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações / Relatório da Comissão sobre prevenção do crime e justiça penal, bem como os relatórios do SG

I – Assuntos Administrativos e outros / Relatório do SG sobre o trabalho da Organização. O principal assunto deste bloco, ademais dos trabalhos sobre reforma e revitalização em andamento (ver *Iniciativa UN80*[7]), é a *eleição para o cargo de Secretário(a)-Geral*.

Da mesma forma, examinando estes grandes blocos de temas, mesmo sem entrar nos seus detalhes, podemos afirmar com certeza a relevância que a AGNU tem para a saúde humana pois, à rigor, trata de temas que são indubitáveis determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde.

O pano de fundo da 81ª AGNU contém questionamentos ao multilateralismo, às guerras e aos conflitos militares, ao desenvolvimento sustentável, questões ambientais e a Agenda 2030 (incluindo as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a poluição do planeta e a crise ambiental dos plásticos), a falência do sistema financeiro internacional e da política multilateral, a manutenção da fome e da pobreza, as inaceitáveis inequidades, o peso da dívida pública, a inteligência artificial, e a necessidade de reformar, ou eventualmente, de criar as instituições multilaterais necessárias para atender a contento os desafios presentes.

[7] https://www.un.org/un80-initiative/en

Iniciativa UN80

O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, informou a Assembleia, em 3/08, sobre a *Iniciativa ONU 80*, destacando o progresso na gestão de resultados em todo o sistema, que deve fortalecer a conexão entre mandatos, recursos e resultados sem criar mais burocracia. Descreveu os ODS como "nosso Norte" e o Pacto para o Futuro como "nossa bússola política."

Deu como exemplo os esforços para *integrar o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD)* à *Universidade da ONU (UNU)* – e o *Instituto Inter-regional de Pesquisa em Crime e Justiça da ONU (UNICRI)* ao *Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); e* sobre a possível fusão entre o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)* e o *Escritório de Serviços de Projetos da ONU (UNOPS)*, bem como sobre a união das capacidades complementares do *Fundo de População da ONU (UNFPA)* e da *ONU-Mulheres.* Já a AGNU aprovou a fusão do *Colégio de Pessoal do Sistema das Nações Unidas (UNSSC)* e do *Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR)* em uma nova entidade – o *Instituto das Nações Unidas para Inovação em Capacidade e Aprendizagem* (UNICLI).

O Secretário-Geral reiterou as recomendações de seu relatório de progresso de maio de 2026, instando os Estados-Membros a:

- Usar a resolução sobre criação, implementação e revisão de mandatos (A/RES/80/251) como ferramenta de governança;
- Apoiar trabalhos em novos arranjos nacionais e regionais;
- Apoiar esforços em serviços compartilhados, tecnologia e dados para melhorar a entrega;
- Considerar propostas estruturais por seus méritos;
- Alinhar as práticas de financiamento aos objetivos do UN80; e
- Exercer a governança de forma coerente em todo o sistema da ONU.

No nosso entendimento, até aqui a Iniciativa ONU80 de reforma das Nações Unidas não produziu nada de efetivamente relevante, como seriam as demandas de transformações mais profundas na estrutura e na distribuição do poder na Organização. O máximo a que chegou foram determinados *downsizings e fusões* de estruturas periféricas e redução de cargos de direção e chefia. Muito pouco para uma organização que precisava muito.

Eleição do(a) Secretário(a)-Geral da ONU

A AGNU81 elegerá nos próximos meses o(a) novo(a) Secretário(a)-Geral, para um período de 5 anos, que vai de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2031. De acordo com o Artigo 97 da Carta, o SG é nomeado pela AGNU, após votação e após recomendação do Conselho de Segurança (CS). Para seguir para a Assembleia Geral, um candidato deverá obter ao menos 9 votos favoráveis no Conselho de Segurança e nenhum voto desfavorável por parte de qualquer um dos 5 Membros Permanentes do Conselho.

Até o presente são 7 os candidatos ao cargo de Secretário(a) Geral. A grande novidade nestas eleições é o número de candidatas mulheres, todas oriundas da América Latina e Caribe. Nunca houve uma SG mulher. Abaixo, o(a)s candidato(a)s:

i) Rebeca Grynspan, ex-vice-Presidente da Costa Rica e ex-Secretária-Geral da UNCTAD;
ii) Rafael Grossi, ex-Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);
iii) Maria Fernanda Espinosa, ex-Presidente da AGNU e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador;

iv) Carolyn Rodrigues-Birkett, ex- Representante Permanente da Guiana junto às Nações Unidas;
v) Macky Sall, ex-Presidente do Senegal;
vi) Olara Otunnu, que ocupou alto cargo no Secretariado da ONU e foi candidato à Presidência de seu país, Uganda;
vii) Ivonne A-Baki (Equador), indicada por Tonga.

O ***Conselho de Segurança da ONU*** realizou a sua *quarta sondagem informal (ou votação exploratória)* para o cargo de secretário-geral na terça-feira, 29/09. De acordo com fontes diplomáticas de veículos como a CNN Brasil e a Reuters, *Rebeca Grynspan (Costa Rica)* ampliou sua vantagem na liderança da corrida, com 10 votos de apoio ("encorajar"), 3 de rejeição ("desencorajar") e 2 abstenções ("sem opinião"). *Carolyn Rodrigues-Birkett (Guiana)* **f**icou na segunda posição, com 8 votos de apoio, 6 contra e 1 abstenção; ela enfrenta uma forte resistência de bastidores por parte dos Estados Unidos devido a declarações anteriores sobre o conflito em Gaza. *Rafael Grossi (Argentina)* também alcançou 8 votos de apoio, mas teve 7 votos de rejeição.

Todas as quatro sondagens realizadas até o fim de setembro foram anônimas e secretas. No entanto, o processo mudará radicalmente em outubro, sob a nova presidência rotativa da **Grécia** no Conselho de Segurança. Passarão a ser utilizadas *cédulas coloridas*, que vão distinguir, pela primeira vez, os votos dos *cinco membros permanentes com poder de veto* (Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido e França). Para ser formalmente recomendado à Assembleia Geral, o candidato precisa de pelo menos 9 votos favoráveis e *nenhum veto* de um membro permanente. O vencedor escolhido assumirá o posto máximo das Nações Unidas em 1º de janeiro de 2027, sucedendo António Guterres.

Posições de blocos geopolíticos e da China na 81ª AGNU

Passamos a apresentar a seguir as posições de alguns dos principais *blocos geopolíticos* e da *China* nos discursos na AGNU. Utilizamos como fontes tanto as declarações políticas formais, quanto os discursos dos principais dirigentes no Debate Geral. No interessante site UN General Assembly 2026 general debate, indexed (UNGA 81) | Global Roles o leitor interessado pode ouvir o áudio dos representantes de mais de 175 países que discursaram na AGNU.

G77 + China[8]

O *Grupo dos 77 e China (G77)* marcou forte presença na UNGA 81, focando centralmente na governança econômica global, transição energética e o avanço do multilateralismo inclusivo para o Sul Global.

Os ministros das Relações Exteriores do grupo realizaram sua *50ª Reunião Ministerial Anual,* sob o tema *"O Sul Global e o Futuro do Multilateralismo"*. Debateram a reforma das instituições multilaterais para dar maior poder de decisão e voz aos países em desenvolvimento, permitindo que deixem de ser apenas 'receptores' para se tornarem "formuladores" de regras globais.

O principal produto político da reunião foi uma robusta Declaração Ministerial https://www.g77.org/doc/Declaration2026.htm com 470 parágrafos, que consolidou as principais

[8] Leia mais no artigo de Ungerer e col. neste fascículo

reivindicações estruturais, econômicas e políticas do Sul Global. Os eixos centrais do documento final focam em transformar a governança global e dar respostas práticas às crises enfrentadas pelos países em desenvolvimento:

1. Reforma Estrutural da Organização e Governança – O bloco reforçou de forma consensual a exigência por uma *reforma urgente do Conselho de Segurança*, demandando uma maior representação e voz ativa para as nações em desenvolvimento. Países de peso no bloco, como a Índia, lideraram o coro afirmando que o sistema atual não reflete as realidades do século XXI. Criticando a arquitetura financeira internacional, exigiram a remodelação imediata de instituições financeiras globais (como o FMI e o Banco Mundial), criticando o endividamento sufocante e a falta de linhas de crédito acessíveis para o desenvolvimento.

2. Justiça Climática e Minerais Críticos – O documento reafirmou que o Sul Global não aceitará um papel de mero 'espectador' ou 'fornecedor espoliado' de matéria-prima para a transição energética. A declaração ressalta que o valor agregado e o processamento de minerais críticos (como lítio, cobalto e outros) devem permanecer prioritariamente nos países produtores que, majoritariamente, se localizam no Sul Global. Cobraram com rigor o cumprimento integral das promessas dos países desenvolvidos para o *financiamento climático*, estipulando recursos específicos para os *Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)* e *Países de Menor Desenvolvimento Relativo (LDCs)*.

3. Economia Internacional e Combate à Pobreza – O bloco reiterou que o fim da pobreza em todas as suas formas continua sendo o principal pré-requisito para o desenvolvimento sustentável mundial e deve receber máxima prioridade. Foi dado forte apoio político às negociações da *Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional* (para evitar a fuga de capitais para paraísos fiscais) e à defesa de um sistema comercial multilateral justo, sob as regras da OMC, que respeite o tratamento especial e diferenciado aos mais pobres.

4. Tecnologia e Inteligência Artificial – A declaração condenou o abismo digital crescente e exigiu que as novas tecnologias, em especial a *inteligência artificial (IA***)**, sejam geridas sob governança democrática global, defendendo a criação urgente do *Fundo Global para o Desenvolvimento de Capacidades em IA* para descentralizar o conhecimento técnico e garantir soberania digital aos países em desenvolvimento.

União Africana

O presidente da *Comissão da União Africana (UA)*, *Mahmoud Ali Youssouf*, liderou a delegação da UA na UNGA 81. A principal área de foco e prioridade do seu discurso foi a *reforma do Conselho de Segurança da ONU*, enfatizando o *Consenso de Ezulwini* para reivindicar assentos permanentes para nações africanas, com plenos direitos e privilégios, incluindo o poder de veto. Outro componente relevante da UA foi o do *desenvolvimento sustentável e clima*, enfocando na aceleração dos ODS, o reforço da resiliência e da adaptação climática para regiões vulneráveis e a sinalização para o *Ano da Água e do Saneamento na UA*. Quanto à *integridade da Informação*, a UA promoveu diálogos de alto nível focados em fortalecer a confiança pública, combater a desinformação prejudicial por meio de dados transparentes e baseados em evidências, e fomentar a cooperação entre governos, pesquisadores e plataformas tecnológicas. O estímulo

à criação de empregos para a crescente população jovem da África também esteve presente no discurso.

União Europeia

A União Europeia foi representada pelo Presidente do Conselho Europeu, António Costa, pela Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e pela Alta Representante, Kaja Kallas. A UE fez a defesa do multilateralismo, que se expressou no lançamento (junto com o Brasil e outros) da iniciativa '*Parceiros pelo Multilateralismo (P4M)',* que visa reforçar a ordem global baseada em regras e a cooperação em detrimento do confronto. Defendeu reformas estruturais na ONU (UN80) e a ampliação do Conselho de Segurança. Instou pelo fim da guerra da Rússia na Ucrânia com pleno respeito à soberania e promoveu o apoio a uma solução de dois Estados para Israel e Palestina, além de abordar as crises no Sudão e em Gaza. Propugnou pela promoção de padrões globais de IA por meio de estruturas da ONU e da adesão ao direito internacional (CIJ e TPI), além de fortalecer a resiliência da saúde global e as ações climáticas. A delegação da UE manteve diversas reuniões bilaterais e participou da Cúpula EU-CELAC.

China

Causou estranhamento a priorização que o presidente *Xi Jin Ping* deu à aparentemente anódina e estéril visita a Casa Branca, em detrimento de participar da AGNU. Seguramente, as duas agendas poderiam ter sido conciliadas. A compensação talvez tenha vindo da participação do *vice-presidente chinês, Han Zheng*, que discursou no Debate Geral defendendo uma ordem internacional renovada, no âmbito do multilateralismo. Zheng afirmou que a ordem e o sistema internacional centrados na ONU — baseados no direito internacional do pós-guerra — devem ser rigorosamente defendidos, enfatizando que "o mundo quer paz, não guerra". Ele criticou ações militares unilaterais que violam a Carta da ONU. A China posicionou-se como defensora dos países em desenvolvimento, cobrando parcerias globais mais igualitárias, inclusivas e com foco na redução da pobreza, segurança alimentar e transição energética.

Defendeu o respeito à soberania dos Estados do Oriente Médio e a reconstrução de Gaza sob o princípio de "palestinos governando a Palestina", além da solução de dois Estados. Sobre a Ucrânia, reiterou as "quatro diretrizes" propostas pelo presidente Xi Jinping para uma solução política. Pediu o fim imediato do bloqueio e das sanções econômicas contra Cuba.

Quanto a Inteligência Artificial (IA) defendeu uma abordagem centrada nas pessoas para o desenvolvimento da IA para o bem comum e a redução do fosso digital. Quanto ao comércio internacional ressaltou que o protecionismo não produz vencedores, defendendo o sistema multilateral centrado na OMC.

Outros atores políticos globais

Em artigo neste fascículo, ***Tavares Soares*** analisa as participações do Irã, Palestina e Liga Árabe na AGNU 81.

Saúde na agenda da AGNU 2026

Já afirmamos antes que, ao tratar de um elenco importante de temas que são determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde, as discussões e decisões tomadas na AGNU impactam profundamente sobre a saúde humana e planetária e, por isso, interessam a comunidade da saúde global e da diplomacia da saúde. Contudo, queremos destacar aqui o que se relaciona clara e diretamente com a saúde.

Contudo, damos especial atenção à ***Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta* a *Pandemias (PPPR),*** realizada dia 25/09. Prevista por Resolução da AGNU 79 https://docs.un.org/en/A/RES/79/333, organizada pela presidência da Assembleia, em conjunto com a OMS, já indicava *per se* a alta prioridade conferida pelos Estados-membros aos riscos de novas pandemias para a população mundial. Um dos componentes da Reunião seria a revisão da Declaração Política sobre PPPR da AGNU de 2023 Document Viewer. Contudo, esta dimensão foi frustrada.

Uma declaração política PPPR-Political-Declaration-Final-Text-for-Second-Silence-Procedure-2.pdf era esperada, mas não recebeu o consenso dos participantes, em negativas pilotadas pelos Estados Unidos, Itália e União Europeia. Inúmeras delegações falaram sobre o tema. A declaração recebeu forte apoio de nações africanas, lideradas por Burundi, que proferiu a declaração em nome do grupo africano, e de Cabo Verde, e de importantes países latino-americanos e caribenhos, incluindo Brasil, México e Haiti, que falou em nome da Comunidade do Caribe (CARICOM). Leia mais em matéria da *Health Policy Watch* UN Declaration On Pandemic Readiness May Head To General Assembly For Approval — Health Policy Watch

Nos bastidores

Muita coisa ocorreu à margem da AGNU81. Do ponto de vista geopolítico (no agudo ponto *paz-guerra*) quero fazer menção especial aos *movimentos opostos do Brasil e dos EUA quanto à paz no Atlântico Sul*: as reuniões do *Escudo das Américas* e do *ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul),* de intenções absolutamente opostas.

Reunião ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

O Ministro Mauro Vieira presidiu em Nova York, em 24/09, à margem da 81ª Assembleia Geral da ONU, a *reunião ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).* O Brasil preside o grupo no triênio 2026-2029.

Durante o encontro, os Ministros discutiram o cenário atual do Atlântico Sul e o aprofundamento da cooperação entre os 24 países da Zona em temas de *governança oceânica, segurança e defesa, e meio ambiente e desenvolvimento sustentável*. Trataram, igualmente da implementação da *Estratégia de Cooperação do Rio de Janeiro*, adotada em abril durante a *IX Reunião Ministerial da ZOPACAS.*

O estabelecimento da ZOPACAS, em 1986, refletiu a preocupação dos países sul-atlânticos em *evitar a transposição de rivalidades e conflitos extrarregionais para o Atlântico Sul*, bem como o interesse dos países membros na *desmilitarização* e *não nuclearização da região*.

Quando a política externa dos Estados Unidos, com o *Escudo das Américas* (ver abaixo), privilegia a militarização da América Latina e do Sul, a reunião é uma demonstração de preocupação e mobilização dos países da ZOPACAS na defesa de um Atlântico Sul desmilitarizado, pacífico, solidário e compromissado com o desenvolvimento neste espaço geopolítico.
Fonte: Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) – Nova York, 24/09/2026 — Ministério das Relações Exteriores

Reunião do Escudo das Américas

Dois dias antes (22/09), à margem da AGNU, 14 dos 19 países-membros do *Escudo das Américas* – organismo idealizado e liderado pelo governo Trump, criado há seis meses após reunião em

Mar-a-Lago, residência do presidente na Flórida – anunciaram U.S. Department of State (via Public) / Joint Statement on Defending Hemispheric Sovereignty que planejam seguir os EUA na designação de 24 grupos criminosos da região, entre eles o Comando Vermelho e o PCC, como terroristas. A declaração sublinha a intenção de se aprovarem leis locais para o combate ao narcotráfico, com aplicação de sanções a empresas e indivíduos. Também trata de temas estratégicos para Washington, como o acesso prioritário às terras raras na região.

Os signatários pretendem provocar a OEA para aprovar uma resolução que facilite o combate, inclusive armado, a 'narcoterroristas', com base no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Firmado em 1947, no início da Guerra Fria, o acordo estabelece que um ataque de um Estado contra um país das Américas é considerado uma agressão contra todos. Não trata, no entanto, de enfrentamento ao crime organizado.

Especialistas citados em matéria de *Eduardo Graça*, de *O Globo* (ed. de 27/09, pg. 28) concordam que o *Escudo* é mais um organismo arquitetado por Trump para driblar o multilateralismo clássico e o Direito Internacional. Com esta 'capa protetora' o novo documento sinaliza para o avanço de operações militares, incluindo o uso de drones em terra firme e, portanto, extrema fragilização da soberania das nações envolvidas. As três maiores economias continentais, depois dos EUA, *Brasil, México e Canadá*, não participam do acordo, mas com a invocação destas regras paralelas, ficam ameaçadas de intervenção militar estrangeira.

Reunião Ministerial União Europeia – CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)

A reunião contou com a liderança e participação de altos representantes, incluindo a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Kaja Kallas, servindo para examinar as relações inter-regionais e alinhar posicionamentos multilaterais entre as duas organizações. O diálogo reforçou a agenda bilateral em preparação para a próxima Cúpula de Chefes de Estado oficial entre os blocos. Conforme a declaração conjunta dos copresidentes https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-celac-ministerial-meeting-co-chairs-press-statement-0_en, emitida após a reunião, os principais tópicos abordados foram:

- *Defesa de Valores Democráticos:* Os ministros reafirmaram que as relações entre as duas regiões são baseadas em valores históricos compartilhados, expressando preocupação com as crescentes ameaças globais à democracia, aos direitos humanos e ao Estado de Direito.
- *Combate ao Crime Organizado:* Foi reconhecido o impacto severo do crime organizado transnacional no desenvolvimento e na segurança das populações, destacando a necessidade de uma abordagem coordenada entre todas as partes interessadas.
- *Segurança Marítima:* O encontro reforçou a importância estratégica do domínio marítimo e da cooperação mútua para assegurar o cumprimento do direito internacional nas rotas marítimas.

Iniciativas e participações do Brasil na 81ª AGNU

Destacamos aqui diversas iniciativas e participações do Brasil em eventos políticos de alto nível e grande importância, relativos à saúde global e diplomacia da saúde, e seus determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais

Fórum IBAS (Índia, Brasil, África do Sul)

O *Ministro Mauro Vieira* participou da *14ª reunião Ministerial do Fórum IBAS,* grupamento que reúne África do Sul, Brasil e Índia, realizada à margem da 81ª AGNU. Na ocasião, os Ministros de *Brasil, África do Sul e Índia* reafirmaram o compromisso de seus países em fortalecer a cooperação nos três pilares do IBAS – *coordenação política, cooperação trilateral e cooperação com outros países em desenvolvimento por intermédio do 'Fundo IBAS'* –, expressaram grave preocupação perante os persistentes ataques ao multilateralismo e as graves violações da Carta da ONU recentemente verificadas, e conclamaram a uma ampla e urgente reforma dos mecanismos de governança global, inclusive da ONU e seu Conselho de Segurança.

A Declaração da reunião do IBAS está disponível em v6-final-2026-ibsa-itmc-media-statement_.pdf e o discurso proferido na ocasião pelo Ministro Vieira em Microsoft Word — Documento1.

Criado em 2003, o IBAS busca promover a coordenação sobre questões globais entre três grandes democracias plurais, multiculturais e multiétnicas do hemisfério sul, que compartilham valores como a defesa da democracia e dos direitos humanos, e a busca por uma ordem internacional mais equitativa e representativa.

Parceiros pelo Multilateralismo, Direito Internacional, Paz e Prosperidade (P4M)

O Brasil foi um dos líderes da reunião de alto nível, junto com Austrália, Barbados, Brasil, Canadá, União Europeia, Índia e Quênia, que propuseram um *Compromisso Conjunto pelo Multilateralismo, Direito Internacional, Paz e Prosperidade* (abaixo):

Nos reunimos em momento de profundas transformações globais. A escalada na velocidade e na escala das mudanças globais está redefinindo nosso presente e determinará nosso futuro coletivo.

Nos preocupam a crescente polarização, a disseminação de conflitos, as violações do direito internacional e o recurso cada vez mais frequente à política do poder, ao protecionismo, à coerção e à ameaça ou ao uso da força. Essas tendências representam ameaça à paz e à segurança internacionais e prejudicam a cooperação global, precisamente no momento em que ela se faz mais necessária do que nunca.

Reconhecemos que a interdependência econômica tem sido crescentemente utilizada como instrumento de pressão, com efeitos disruptivos sobre o comércio, as cadeias de suprimentos, os investimentos e o financiamento do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os desafios globais compartilhados, entre os quais a tríplice crise planetária de emergência climática, perda de biodiversidade e poluição, bem como o rápido desenvolvimento de novas tecnologias, em particular a inteligência artificial, exigem cooperação mais robusta e provisão mais eficaz de bens públicos globais.

Hoje, nós, signatários da presente Declaração, nos comprometemos a trabalhar conjuntamente em favor da paz, da estabilidade, do desenvolvimento inclusivo e sustentável, da prosperidade compartilhada, da dignidade humana e dos direitos de todos e todas.

Reafirmamos que o sistema multilateral fundado na Carta das Nações Unidas permanece indispensável. Esse sistema contribuiu para oferecer um marco para a paz, a descolonização, a prosperidade e a dignidade humana. Ele deve, agora, responder a um mundo mais interconectado e complexo, mais disputado e mais multipolar.

Sustentamos a necessidade de defender e fazer cumprir as normas, os princípios e os compromissos que seguem essenciais à ordem internacional e, ao mesmo tempo, renovar e reformar o sistema multilateral, de modo a torná-lo mais eficaz, representativo, inclusivo e adequado a seus propósitos.

Reafirmamos nosso compromisso com o direito internacional e com os princípios da igualdade soberana, da integridade territorial, da solução pacífica de controvérsias e da proibição da ameaça ou do uso da força.

Sublinhamos a importância do direito internacional humanitário, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da promoção e proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos e todas.

Reafirmamos nosso compromisso com a implementação tempestiva de acordos e marcos internacionais fundamentais, entre os quais o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Reconhecemos que as desigualdades crescentes dentro dos países e entre eles representam desafios à estabilidade, à coesão social e ao crescimento inclusivo, devendo ser enfrentadas por meio de esforços conjuntos, inclusive mediante iniciativas como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o Painel Internacional sobre Desigualdade.

Nos comprometemos a fortalecer uma cooperação multilateral aberta, justa, equitativa, inclusiva, articulada e prática, inclusive por meio do estreitamento de parcerias com organizações regionais e do apoio à integração regional.

Concordamos em trabalhar juntos para reformar e fortalecer as instituições multilaterais, em particular as Nações Unidas, por meio de iniciativas como a UN80, de modo que estejam mais aptas a prevenir conflitos, responder a crises, promover o desenvolvimento sustentável, fomentar o comércio justo, proteger os direitos humanos e o Estado de Direito e enfrentar os desafios globais existentes e emergentes.

Apoiamos uma cooperação econômica justa, aberta, resiliente, previsível e inclusiva. Isso inclui cadeias globais de suprimentos mais diversificadas e resilientes, a reforma do sistema multilateral de comércio, o aperfeiçoamento da arquitetura financeira internacional e maior coordenação em matéria de finanças internacionais, transformação digital, inteligência artificial, mudança do clima e saúde global.

Os signatários da presente Declaração estão comprometidos com o fortalecimento do sistema multilateral, inclusive por meio de contatos regulares e abertos a parceiros de todas as regiões do mundo, com vistas a fomentar diálogo, coordenação e cooperação prática.

Hoje, em momento de transformação global e de pressão crescente sobre a ordem internacional, escolhemos a cooperação, o respeito ao direito internacional, o multilateralismo e a responsabilidade compartilhada como fundamentos de nossos esforços coletivos.

Co-patrocinadores: Austrália, Barbados, Brasil, Canadá, União Europeia, Índia e Quênia. *Signatários:* Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Chipre, Finlândia, Guatemala, Liechtenstein, Luxemburgo, Moldávia, Noruega, San Marino, Eslováquia, Espanha, Turquia e Uruguai.

Fonte: Declaração Parceiros pelo Multilateralismo (P4M) — Ministério das Relações Exteriores

Reunião de Alto Nível sobre o Painel Internacional sobre Desigualdade (IPI)

O Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, participou do evento de alto nível sobre o estabelecimento do *Painel Internacional sobre Desigualdade (IPI) (International Panel on Inequality, IPI*, na sigla em inglês), iniciativa promovida por *Brasil,* África do Sul, Espanha e Noruega. O evento contou com a participação dos Ministros das Relações Exteriores de Brasil, África do Sul e Espanha, do Ministro do Desenvolvimento Internacional da Noruega, e da Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, Amina Mohammed.

Inspirado em painéis científicos como o *IPCC (mudança do clima)* e o *IPBES (biodiversidade)*, o *IPI* visa a reunir especialistas independentes para produzir avaliações

científicas periódicas sobre as causas, tendências e consequências das desigualdades, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas públicas. Durante o encontro, foram destacadas as relações entre desigualdade, crescimento econômico, coesão social, mudança do clima e desenvolvimento sustentável, bem como suas interseções com diferentes formas de discriminação, como as baseadas em gênero e raça.

A iniciativa dá continuidade aos esforços das presidências brasileira e sul-africana do G20, em 2024 e 2025, respectivamente. Em seu discurso de abertura na 81ª AGNU (22/09) o Presidente Lula destacou o IPI como iniciativa voltada à cooperação internacional e ao enfrentamento das desigualdades.

Na opinião destes Cadernos, a criação do IPI oferece ao mundo uma oportunidade de tratar a desigualdade com a urgência, o rigor científico e a cooperação internacional que sua dimensão exige.

Apoio ao leitor saber mais: para assistir o vídeo da sessão da AGNU dedicada ao IPI, acesse: https://webtv.un.org/en/asset/k1h/k1hm0rn4g0. O documento fundacional do IPI se encontra em: https://business.columbia.edu/sites/default/files-efs/imce-uploads/Joseph_Stiglitz/IPI%20Vision%20Statement%20and%20Concept%20Document%20-%20150926.pdf. O documento preparado por Stiglitz sobre o IPI para o G20 da África do Sul se encontra em: https://www.lse.ac.uk/international-inequalities/research/establishing-an-international-panel-on-inequality. Uma análise da articulação acadêmica para o IPI, preparada pela *London School of Economics and Political Sciences* pode ser acessada em: https://www.lse.ac.uk/international-inequalities/research/establishing-an-international-panel-on-inequality**.** A revista *Nature* **657**, 574 (2026) *doi: https://doi.org/10.1038/d41586-026-02885-8* publicou editorial de apoio à iniciativa. *Santiago, Ghosh e Abdenur* publicaram artigo sobre o IPI no *Le Monde Diplomatique Brasil* Desigualdade também é uma escolha — Le Monde Diplomatique defendendo que Brasil pode ter papel central na criação deste painel e que o mesmo é capaz de transformar o conhecimento sobre desigualdades em melhores políticas públicas.

Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Brasil e Espanha copatrocinaram o evento "*Quatro anos restantes: acelerando a ação contra a fome e a pobreza"* por meio da *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza,* lançada em 2024, durante a presidência brasileira do G20. O evento reuniu governos, organismos internacionais e instituições financeiras para discutir financiamento, implementação de políticas e ações práticas nos quatro anos restantes para alcançar os ODS até 2030. *Mauro Vieira* destacou que conflitos, mudanças climáticas, preços elevados dos alimentos e a pressão sobre os recursos destinados à cooperação tornam ainda mais necessária a articulação internacional. *Wellington Dias* propôs um modelo de financiamento colaborativo que possa aproximar bancos multilaterais e regionais, fundos, doadores e instituições filantrópicas dos planos nacionais de combate à fome e à pobreza. Tratou também de mecanismos internacionais para reduzir o custo do crédito a pequenos empreendedores, agricultores familiares e cooperativas.
Leia mais em: Aliança Global liderada por Brasil e Espanha defende nova etapa no combate à fome e à pobreza — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/pt-br/

Brasil participou de diversos eventos na área da saúde durante a AGNU

A participação do Brasil, por meio do *Ministério da Saúde*, também foi intensa em diversas *reuniões sobre saúde* durante a Assembleia Geral.

Reunião de Alto Nível sobre Pandemias Brasil propõe acesso equitativo a vacinas e medicamentos e combate à desinformação

A posição do Brasil na *Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias* foi de *apoio à Declaração Política* que estava em debate. Adriano Massuda, representante do Brasil na reunião, defendeu que a preparação para futuras pandemias deve combinar sistemas de saúde fortalecidos com acesso equitativo a vacinas, medicamentos, diagnósticos e outras tecnologias. Ele também destacou a importância da comunicação pública e do enfrentamento à desinformação para fortalecer a confiança da população nas instituições de saúde. Outro ponto central da manifestação brasileira foi a defesa da produção local e regional, da transferência de tecnologia e da diversificação das cadeias de abastecimento como estratégias para reduzir dependências e ampliar a capacidade de resposta dos países.

Nesse contexto, o Brasil defendeu a *conclusão das negociações do anexo sobre Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS),* vinculado ao *Acordo sobre Pandemias da OMS*. O mecanismo busca associar o compartilhamento de materiais de patógenos e informações sobre suas sequências genéticas à repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de sua utilização. O Brasil também reafirmou seu compromisso com o *Acordo sobre Pandemias* e com a implementação das alterações do *Regulamento Sanitário Internacional.*

A relação entre a crise climática e os riscos sanitários também esteve entre os temas abordados pelo representante brasileiro, que defendeu que as estratégias de preparação para pandemias incorporem a atenção primária à saúde e sistemas de vigilância resilientes às mudanças climáticas.
Leia mais em: Brasil defende na ONU acesso equitativo a vacinas e medicamentos e combate à desinformação para enfrentar futuras pandemias — Ministério da Saúde

Brasil defende produção regional e acesso equitativo a medicamentos

O secretário-executivo do MS, Adriano Massuda, representou o Brasil no evento *"Liderança Africana e Produção Regional de Medicamentos de Ponta para Aids e Outras Pandemias",* promovido pela UNAIDS. A reunião reuniu representantes de países africanos e parceiros internacionais para discutir estratégias de ampliação da capacidade de produção e do acesso a medicamentos voltados ao enfrentamento da Aids e de outras epidemias e pandemias. O Brasil defendeu a ampliação do acesso a medicamentos e o fortalecimento da produção regional de tecnologias de saúde. O secretário-executivo citou a *Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo* https://globalcoalitionforlocalproduction.org/, iniciativa lançada durante a presidência brasileira do G20, que busca fortalecer capacidades produtivas e de inovação, ampliar a cooperação internacional e contribuir para o acesso mais equitativo a vacinas, medicamentos, diagnósticos e outras tecnologias de saúde. Massuda também reforçou a disposição do Brasil em compartilhar sua experiência por meio da cooperação Sul-Sul, especialmente com parceiros africanos, com intercâmbio de conhecimentos e práticas, fortalecimento das capacidades institucionais e formação de profissionais de saúde. Leia mais em: Brasil defende produção regional e acesso equitativo a medicamentos na Semana de Alto Nível da ONU — Ministério da Saúde

Brasil apregoa cooperação e sistemas públicos fortes para ampliar resposta ao HIV

A experiência brasileira de acesso universal e gratuito ao tratamento do HIV pelo SUS, política na qual o Brasil foi pioneiro mundialmente, foi apresentada pelo secretário-executivo do

MS, *Adriano Massuda*, no evento "*De Pioneiro a Construtor do Futuro: um Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids transformado para uma resposta global sustentável ao HIV*", promovido pela *UNAIDS*. O encontro debateu o futuro da resposta global ao HIV e os caminhos para fortalecer sua sustentabilidade. Leia mais em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-ms/2026/setembro/na-onu-brasil-defende-cooperacao-e-sistemas-publicos-fortes-para-ampliar-resposta-ao-hiv)

Outros eventos de saúde durante a AGNU81

A saúde foi, direta ou indiretamente, objeto de dezenas de eventos, segundo anúncio da OMS, entre eles:

21/09 — *PMNCH 2026: De Promessas a Progressos* — Organizado pela Parceria para a Saúde Materna, Neonatal e Infantil (PMNCH), com a intenção de prestar contas sobre financiamento e compromissos para melhorar a saúde e o bem-estar de mulheres, crianças e adolescentes.

21/09 — *Crise na preparação: laboratórios e prontidão na linha de frente em tempos de Ebola* -O evento reuniu líderes da área da saúde, financiadores e parceiros técnicos para identificar soluções práticas para o fortalecimento dos sistemas laboratoriais como base, tanto para os serviços de saúde de rotina, quanto para a prevenção, preparação e resposta a pandemias.

21/09 — *Estratégias para uma resposta sustentável às DNTs e à saúde mental: 5º Encontro Multissetorial* — O evento reuniu governos, sociedade civil, filantropia e parceiros globais de saúde para promover o financiamento sustentável e ações multissetoriais eficazes no enfrentamento de doenças não transmissíveis (DNTs) e questões de saúde mental.

22/09 — *Evento de Alto Nível sobre Iniciativa de Investimento/Bancos Multilaterais de Desenvolvimento* — Participação da alta liderança da OMS com foco em investimentos em sistemas de saúde, resiliência e desenvolvimento sustentável.

22/09 — *Acabar com a Intoxicação por Chumbo: Um Apelo Global à Ação* — Promovido pela Bloomberg Philanthropies, Coefficient Giving e pela Parceria para um Futuro Livre de Chumbo (Partnership for a Lead-Free Future), o evento reuniu governos, filantropia e parceiros técnicos para acelerar ações contra uma das ameaças à saúde ambiental mais evitáveis do mundo.

22/09 — *Lançamento da Coleção Global "Arts and Health" (Artes e Saúde) do Jameel Arts & Health Lab e da Lancet* — Organizado pelo Jameel Arts and Health Lab, pela Universidade de Nova York e pelo Escritório Regional da OMS para a Europa, o evento buscou explorar as evidências crescentes sobre o papel das artes e da cultura na melhoria da saúde e do bem-estar.

22/09 — *Duas Regiões, Um Futuro: Financiando a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias para Construir a Segurança Sanitária Global* — Promovido pelos governos da Guiana e do Burundi, com o apoio de parceiros regionais e globais, o evento examinou abordagens de financiamento sustentável para a segurança sanitária e a preparação para pandemias.

22/09 — *Financiamento para a Saúde de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Tempos de Austeridade* — Líderes e parceiros exploraram abordagens inovadoras para proteger e ampliar investimentos em saúde em circunstâncias de restrições fiscais.

23/09 — *7ª Reunião Ministerial Anual do Grupo de Amigos da Cobertura Universal de Saúde das Nações Unidas* — Ministros e parceiros discutiram a aceleração do progresso rumo à cobertura universal de saúde e os preparativos para a *Reunião de Alto Nível da ONU sobre Cobertura Universal de Saúde (CUS)* em 2027.

23/09 — *One SCD: Uma Parceria Global para Promover a Equidade e Transformar o Cuidado da Doença Falciforme* — A OMS e parceiros destacarão oportunidades para melhorar o acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento para pessoas que vivem com doença falciforme.

24/09 — *Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias e Mobilidade Humana: De Compromissos Globais à Ação Operacional* — Evento organizado pelo Governo das Filipinas e pela Organização

Internacional para as Migrações, com a OMS entre os copatrocinadores para explorar abordagens práticas para proteger populações em um mundo com mobilidade humana cada vez mais intensa.

25/09 — *Diálogo Presidencial sobre Patógenos de Alto Risco: Da Cooperação Transfronteiriça à Inteligência de Preparação Assistida por IA na África* — Convocado pelo Presidente da República Centro-Africana, pelo Escritório Regional da OMS para a África e por parceiros, com foco na preparação regional e em tecnologias emergentes para inteligência epidemiológica.

Considerações finais

A 81ª sessão da AGNU foi marcada pelas manifestações dos chefes de Estado e de Governo sobre os continuados conflitos em Gaza, Cisjordânia, Líbano, Irã e Ucrânia, ademais dos outros menos visíveis (Haiti, Somália, República Democrática do Congo e países do SAHEL/África); aumento do aquecimento global, com o consequente aumento de deslocamentos migratórios que, por sua vez, aumentam a intolerância e o racismo e alimentam as teses de exclusão social simpáticas à extrema direita. Todos esses fatores acabam bloqueando as agendas progressistas, de que é exemplo a Agenda 2030 e a promessa de um mundo melhor.

Ficou plenamente demonstrada a fratura política entre países e grupos de países que se manifestaram em favor do multilateralismo e aqueles (pouco, mas poderosos) que praticam e preconizam um unilateralismo raivoso e ameaçador. Contudo, as enfáticas declarações em defesa do multilateralismo de organizações do Sul Global (e mesmo da EU, por exemplo) e de países africanos, asiáticos e caribenhos em desenvolvimento, além do Brasil e México na ALC, fizeram o contraponto necessário. A China se somou a este bloco.

A despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando seu papel como plataforma central de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral. A robusta agenda a ser desenvolvida é clara demonstração disso. E também na saúde, como se pode confirmar no elenco de eventos realizados.